

Solução para Estados ameaça Tesouro

Tendência é União assumir dívidas em títulos, hoje em poder do mercado, e cobrá-las dos governadores

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — A dívida mobiliária dos Estados é um “mico” de R\$ 40 bilhões nas mãos do governo federal. Isso porque a solução que está sendo buscada para a renegociação dos débitos em títulos emitidos pelos governos estaduais poderá implicar novos gastos para o Tesouro Nacional. Esse risco foi confirmado ontem ao **Estado** por um técnico da área econômica do governo.

A tendência é de que a União assumira o total das dívidas de responsabilidade dos Tesouros estaduais, hoje em poder do mercado, e passe a cobrá-las dos governadores. O problema é que a taxa de juros que os governadores estão dispostos a pagar será, certamente, menor do que a cobrada pelo mercado. A diferença será coberta pelo Tesouro. “O valor dessa diferença ninguém sabe”, observou o técnico.

No início do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao emprestar aos Estados títulos do Banco Central para permitir que os governadores rolassem suas dívidas com mais facilidade, o governo acabou criando uma armadilha para si. “Se os Estados não estivessem com títulos do Banco Central, não precisaríamos hoje estar brigando para

tentar dividir o prejuízo”, argumentou a fonte.

Abatimento — Para piorar a situação, na transferência da dívida dos Estados para o Tesouro, o governo federal será pressionado a conceder um abatimento. “As dívidas foram contratadas com taxas de juros exorbitantes e condições de financiamento suicidas, e será necessário encontrar uma fórmula para torná-la pagável”, ponderou ontem o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, que conversou com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre o assunto. A idéia não é de todo rejeitada no Palácio do Planalto.

Na semana passada, o governador do Rio, Marcello Alencar, também havia se reunido com Malan para pedir um encaminhamento para a dívida mobiliária. Uma sinalização formal do Ministério da Fazenda sobre o assunto é condição para que o governo do Rio consiga um empréstimo de US\$ 300 milhões do Banco Mundial.

Segundo técnicos do Ministério da Fazenda, o Rio tem problemas muito mais sérios de dívida mobiliária, que soma R\$ 5,3 bilhões, do que com as dívidas contratuais (de R\$ 2,2 bilhões) para as quais pleiteia a suspensão dos pagamentos por seis meses.

A idéia de moratória, porém, repercutiu mal no Congresso e entre os próprios governadores. “Não tratei de moratória e, pelo que conversei com o governador Marcello Alencar, ele também não falou disso”, disse Britto, ao sair do gabinete de Malan. “Somos governadores de Estados importantes, temos responsabilidades grandes e não podemos permitir que se estabeleça o calote.”

Alagoas — Poderá ser anunciada hoje a concessão de um empréstimo de R\$ 65 milhões para Alagoas. O governador Divaldo Surugy passou o dia em Brasília, aguardando o desfecho das negociações. Segundo o secretário-adjunto de Fazenda do Estado, Clênio

Franco, ontem foram analisados o relatório dos técnicos do Tesouro que visitaram Alagoas e o contrato do empréstimo. Os recursos virão da Caixa Econômica Federal.

Alagoas, que tem atrasadas cinco folhas de pagamento, pleiteava um crédito de R\$ 230 milhões e está insatisfeito com o empréstimo, que está sendo chamado de “primeira parcela” pelo secretário Franco. A disposição de ajuda da Fazenda, porém, é pequena. “O problema é que eles não fizeram absolutamente nada para ajustar as contas”, reclamou um técnico do Tesouro.

PARA BRITTO,
CALOTE ESTÁ
FORA DE
COGITAÇÃO